

## Maria Luísa de Sousa Holstein: «No meio dos prazeres da opulencia não esquecia os que sofriam»

Maria Luísa de Sousa Holstein: «In the middle of the pleasures of opulence she didn't forget those who suffered»

Ana Ribeiro

### RESUMO

A fundação da Sociedade Promotora das Cozinhas Económicas de Lisboa (1894) deve-se à iniciativa da 3ª duquesa de Palmela, Maria Luísa de Sousa Holstein (1841-1909). Entre as várias ações que protagonizou no sentido de minimizar as precárias condições de vida dos mais desfavorecidos que viviam e trabalhavam na capital, esta foi a que teve maior impacto social. A duquesa e a sua capacidade de mobilização da alta sociedade são questões abordadas nesta *Documenta* tal como as seis Cozinhas que, entre 1893 e 1906, foram instaladas ou construídas em diferentes pontos da capital, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa. A documentação que se reproduz pretende contribuir para futuras abordagens a este tema, pela diversidade de fontes de informação que divulga.

### PALAVRAS-CHAVE

Maria Luísa de Sousa Holstein; Sociedade Promotora das Cozinhas Económicas; Assistencialismo; Lisboa

### ABSTRACT

The foundation of the Lisbon Society for the Promotion of Economical Kitchens (1894) was the result of an initiative by the 3rd Duchess of Palmela, Maria Luísa de Sousa Holstein (1841-1909). Among the various efforts she led to mitigate the precarious living conditions of the underprivileged populations residing and working in the capital, this was the initiative that had the greatest social impact. The duchess herself and her ability to mobilise high society, are central themes addressed in this *Documenta*, as are the six Kitchens that were established or built between 1893 and 1906 in different areas of the capital, on plots of land granted by the Lisbon City Council. The documentation reproduced here aims to support future research on this topic by providing access to a diverse range of sources.

### KEYWORDS

Maria Luísa de Sousa Holstein; Society for the Promotion of Economical Kitchens; Assistencialism; Lisbon

«A Senhora Duqueza de Palmella realisou sempre um ideal difficil de alcançar – ser querida no Paço e estimada pelo povo»  
(Lima, 1909, p. 242).

«A Senhora Duqueza de Palmella foi triplicemente grande: *grande fidalga, grande artista, grande bemfeitora*»  
(A mãe dos pobres, 1910, p. 14).

Maria Luísa de Sousa Holstein (1841-1909)<sup>1</sup>, 3ª duquesa de Palmela, foi uma das mais prestigiadas aristocratas do seu tempo. Mecenas na área das artes, desempenhou «um papel fundamental, nomeadamente pela atribuição de bolsas de estudo e de prémios pecuniários» e teve «uma importante acção como encomendadora e compradora de obras de arte» (Saldanha, 2013, p. 676). Sendo também escultora, construiu, em 1867, nos jardins do palácio Palmela, onde vivia, um atelier próprio concebido pelo escultor Anatole Célestin Camels (1822-1906)<sup>2</sup>, seu mestre, então referido como «pavilhão escultórico», ao qual acorriam diversos artistas (Saldanha, 2013, p. 667). Em Portugal expôs desde 1874 e, no estrangeiro, exibiu pela primeira vez as suas obras na Exposição Internacional de 1878, em Paris.

Os trabalhos que realizava eram alvo de elogios e as críticas foram-lhes sempre favoráveis. Mas, o facto de ser dama de honor da rainha D. Maria Pia e camareira-mor da rainha D. Amélia<sup>3</sup>, e de pertencer a uma das mais nobres famílias portuguesas, «parece ter minado o real reconhecimento das aptidões que possuía, ofuscando a sua competência como escultora» (Saldanha, 2013, p. 672). Contudo, o mesmo não se verificou quanto às inúmeras obras de caridade e beneficência que promoveu e apoiou, que contribuíram para o seu reconhecimento público, entre os mais e os menos favorecidos, como uma destacada filantropa<sup>4</sup>: «[...] a nobre e donairosa Camareira-Mór com verdadeiro prazer se aproximava das camadas populares, não temendo roçar veludos e sedas por briches e chitas, pondo as suas delicadas mãos de fidalga e de artista ao serviço das creanças e dos operarios, dos enfermos e dos indigentes» (A mãe dos pobres, 1910, p. 23).

Sensível à pobreza extrema que atingia grande parte da população da capital e com o intuito de minimizar o seu impacto social, Maria Luísa iniciou na década de 1890 um projeto que culminou na fundação da Sociedade Promotora das Cozinhas Económicas de Lisboa (SPCEL). Beneficiando da sua condição social e económica, programou viagens à Grã-Bretanha, França e Alemanha para observar de perto experiências semelhantes já a decorrer na Europa, nomeadamente «instituições de assistência alimentar de carácter permanente que surgiram [...], nos finais do século XVIII e durante o século XIX», entre as quais «o estabelecimento das Sopas de Rumford, também conhecidas por Sopas Económicas» (Cordeiro, 2025, p. 2). Em Londres e Paris «teve oportunidade de ver [...] a realidade social dos centros fabris e dos bairros operários» e de visitar e observar «o funcionamento das bem su-

<sup>1</sup> Maria Luísa Domingas Eugénia Ana Filomena Josefa Antónia Francisca Xavier Sales de Borja de Assis e Paula de Sousa Holstein, ainda muito jovem foi para Paris, onde estudou no Colégio de Sacré Coeur. Quando regressou a Portugal, em 1863, casou com António de Sampaio e Pina de Brederode (1834-1910) que, entre outros, foi oficial-mor da Casa Real, par do Reino, cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada, Grande Cruz da Ordem dos Santos Maurício e Lázaro (de Itália) e ajudante de campo do rei D. Luís como oficial da Marinha que, com D. Maria Pia, foi seu padrinho de casamento. Maria Luísa, após a morte do pai (1824), recebeu vários títulos (3ª duquesa de Palmela, 2ª marquesa do Faial e 3ª condessa do Calhariz e de Sanfré, Piemonte) e herdou inúmeras propriedades, uma vasta fortuna e ainda uma coleção de obras de arte então considerada uma das maiores do país (ver Araújo, 1993c, p. 21). Foi dama da rainha D. Maria Pia e camareira-mor da rainha D. Amélia, dama da Ordem de Santa Isabel e da Ordem de Maria Luísa (de Espanha).

<sup>2</sup> Francês, «Activo em Portugal desde 1858, desempenhou um papel fundamental no panorama artístico do tempo, inicialmente como retratista, granjeando depois um enorme prestígio pelas diversas incumbências de carácter oficial e público que alcançou, sobretudo ao serviço de D. Pedro V e de D. Luís» (Saldanha, 2013, p. 665).

<sup>3</sup> Desde a subida de D. Carlos ao trono, conforme carta régia de 9 de dezembro de 1889 e decreto ministerial de 12 do mesmo mês (Urbano, 2022, p. 47).

<sup>4</sup> Quanto à tradicional e intensa atividade assistencial praticada pelos Palmela, cuja vida de Maria Luísa foi decisivamente influenciada, neste domínio, pelo seu marido, António Pina de Brederode, ver Cordeiro (2012, pp. 29-31).

cedidas *Cozinhas Económicas*, [...] na sua grande maioria instaladas em grandes centros industriais», onde eram distribuídas «refeições a baixo preço para as classes menos abastadas» (Cordeiro, 2012, p. 38).

Para a concretização deste projeto pioneiro em Portugal, a duquesa envolveu desde logo a elite social e financeira lisboeta, a fim de reunir os apoios indispensáveis para a sua viabilização. A primeira dessas iniciativas teve lugar no Real Teatro de São Carlos, a 1 de junho de 1892, noticiada na página principal de *O Occidente* como «uma das festas mais brilhantes que tem havido em Lisboa». A rainha concedeu o seu alto patrocínio «enthusiasmada pelo santo fim a que essa festa se destinava – a criação de cozinhas economicas para os pobres de Lisboa e para os operarios sem trabalho». Foi a própria D. Amélia que «organizou uma comissão de senhoras» para planear o evento com a Associação Industrial de Lisboa, da qual faziam parte a duquesa de Palmela<sup>5</sup>, as marquesas de Fronteira e de Rio Maior, D. Teresa Bocage e D. Mariana Andrade, o que é revelador do empenho e mobilização da alta sociedade em torno deste projeto. A comprová-lo está ainda o facto de os preços dos ingressos «serem muito elevados», o que não impediu que houvesse grande «concorrença ao teatro» para assistir a uma «festa cujo producto é destinado a um tão nobre e santo fim». De acordo com Cordeiro, «Mais do que um espectáculo, este concerto simbolizou a apresentação pública e mediática do projecto das cozinhas económicas», após o qual «e durante aproximadamente um ano e meio, a aristocrata vai reunir apoios e pedir auxílios para o [seu] desenvolvimento [...]. Os seus contactos tanto com particulares assim como as autoridades locais e até com o Governo vão ser bem-sucedidos» (Cordeiro, 2012, p. 39).

Os Estatutos da SPCEL foram aprovados em 1894, tendo por objetivos: «a promoção e instalação de cozinhas que forneçam alimentação de qualidade e em abundância às classes operárias e mais carenciadas, por preços acessíveis», que seriam construídas junto a «centros fabris» (Cordeiro, 2012, p. 39)<sup>6</sup>. O financiamento era assegurado com o pagamento das quotas pelos associados, a venda de senhas de refeições, a receita obtida em iniciativas de angariação de fundos<sup>7</sup>, mas também, e sobretudo, através de donativos de particulares (em dinheiro e/ou em géneros), do Estado e da Câmara Municipal de Lisboa.

Contrariamente à “sopa dos pobres”, as cozinhas económicas «funcionavam como refeitórios que se pretendia serem utilizados pela população trabalhadora e pelas suas famílias» (Pereira, 2011, p. 517). Embora haja semelhanças entre ambas, os seus conceitos são diferentes, pois as cozinhas, que proliferaram na Europa durante o século XIX, procuravam «de uma forma mais complexa e estruturada, dar respostas às novas questões sociais ligadas às classes trabalhadoras» (Cordeiro, 2012, p. 46). Outra diferença reside no facto de as refeições serem servidas a um preço simbólico. Assim, tal como realçado num dos inúmeros elogios fúnebres de Maria Luísa, as cozinhas vieram resolver «um grande problema social [...], o de fornecer alimentação confortavel e san ao alcance dos pobres sem a humilhação da esmola» (Alberto, 1909, p. 202).

Foi durante a presidência da duquesa de Palmela que a SPCEL se constituiu, desenvolveu e consolidou<sup>8</sup>. Entre 1893 e 1906 foram abertas seis cozinhas, construídas em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa. A conceção dos edifícios e o desenho das suas plantas respondiam a preocupações de higienização e salubridade destes espaços que acolhiam, por vezes, a cada dia, centenas de pessoas. A organização da planta e o número significativo de janelas e claraboias reflete a necessária funcionalidade das três zonas consideradas: a dos utentes, a

<sup>5</sup> A notícia refere ainda a ornamentação do teatro, que classifica de uma «elegancia distinctissima», acrescentando que esta «denunciava o supremo bom gosto da illustre senhora, da grande artista que dirigira aquella ornamentação – a sr<sup>a</sup> duquesa de Palmella» (*O Occidente*, 1892, p. 1).

<sup>6</sup> Ver Cordeiro (2012), sobre os Estatutos da SPCEL (pp. 30-41) e sobre os sócios fundadores (pp. 41-46).

<sup>7</sup> Como por exemplo a batalha de flores na avenida da Liberdade (1899) e o arraial em Cascais, no parque da propriedade dos Duques de Palmela (1900) (Relatório, 1909, p. 5).

<sup>8</sup> O que não foi isento de percalços, para além dos financeiros, pois a esta iniciativa «não faltou (escolta indispensável das marchas triunfais de beneficência) o reverso negro das ingratidões, das injurias e das calúnias». Porém, «Firme no seu pôsto, a fidalga não esmorecia na sua obra, nem mesmo perante ameaças de morte, como a que recebeu num dos dias das batalhas de flôres, realizadas na Avenida da Liberdade em benefício das Cozinhas» (Paixão, 1944, pp. 20-21).

de preparação das refeições e as acomodações privadas das irmãs Hospitaleiras<sup>9</sup> (quartos, salas de estar, de visitas e de jantar, capela, cozinha, enfermaria, pátios e jardim) que prestavam diversos serviços (atender, cozinhar, limpar e servir os utentes) (Cordeiro, 2012, pp. 53 e 69).

A primeira cozinha foi inaugurada a 8 de dezembro de 1893, nos Prazeres, na travessa do Forno junto à rua Sarai-va de Carvalho. Próxima de armazéns, oficinas e núcleos fabris de pequena dimensão, o edifício onde foi instalada «erguia-se sob as fundações de um antigo barracão alugado, que teve de sofrer grandes alterações para atingir os seus fins» (Cordeiro, 2012, p. 54), sendo o único que não pertencia de facto à SPCEL. A Cozinha nº 1 «servia os operários e as suas famílias que residiam nos inúmeros Pátios e Vilas que se estendiam da Lapa às Amoreiras, onde se encontrava o Pátio Biaggi considerado na época o maior de Lisboa» (Cordeiro, 2012, pp. 54-55).

A 21 de novembro de 1894 abriu a Cozinha nº 2, no Regueirão dos Anjos, em funcionamento até 13 de janeiro de 1909, dia em que desabou sobre a sua cobertura parte do Teatro Moderno, em construção. Ao contrário desta, que encerrou as suas portas, o Teatro, após reconstruído, foi inaugurado a 15 de dezembro de 1909<sup>10</sup>. No mesmo ano, a portaria de 28 de janeiro determinava o estudo de um novo edifício para a Cozinha. Sobre o projeto, o arquiteto João Lino de Carvalho, seu autor, afirma que «Em todo o conjuncto do edificio se revela pois a hygienica trilogia do ar, da luz e da agua» (Carvalho, 1914, p. 9). A construção, apenas iniciada em 1911, terminou em 1914.

A Cozinha nº 3 na rua da Cozinha Económica<sup>11</sup>, em Alcântara, cuja construção, entre o largo das Fontainhas e a linha férrea junto ao Tejo, ficou a cargo do Ministério das Obras Públicas, abriu a 15 de abril de 1895. Situava-se numa zona da cidade que, em 1890, era caracterizada pela «permanência de uma diversidade de sectores que vinham sendo desenvolvidos há longas décadas», marcados, sobretudo, pela produção oficial (Pistola, 2009, p. 62), e ainda descrita por Norberto Araújo, como tendo uma «ruidosa transpiração fabril» (Araújo, 1993a, p. 28).

A 20 de fevereiro de 1896 foi inaugurada a Cozinha nº 4, um «pequeno edificio» (Araújo, 1993d, p. 60) situado na rua de Xabregas, que era um «dos centros de forte industrialização da capital desde o século XIX», onde predominavam «os armazéns, oficinas e fábricas de petróleo, vinho, confeção de produtos alimentares, rolhas, tanoarias, cortiças, fósforo, têxteis e tabacos» (Baptista & Alves, 2020, p. 503).

No ano seguinte, a 16 de julho, a Cozinha nº 5 inicia a sua atividade num «edificio modesto» (Araújo, 1993b, p. 28) à Ribeira Velha, no Terreiro do Trigo, abrangendo os operários que trabalhavam nas indústrias e oficinas existentes entre o Terreiro do Paço e Xabregas (Cordeiro, 2012, p. 56). Esta cozinha tinha a particularidade de abrir «as portas às crianças em horário de fecho para as alimentar e distribuía-se as sobras do dia aos que não podiam pagar. Dessa forma, mesmo os mais pobres do bairro de Alfama acorriam pelo auxílio da cozinha nº 5» (Cordeiro, 2012, p. 57).

A sexta e última Cozinha, inaugurada em abril de 1906, localizava-se na rua de São Bento, frente à escadaria do Palácio das Cortes, permitindo «uma observação obrigatória da realidade social, pois todos os deputados e ministros ali passavam para realizarem as suas actividades executivas» (Cordeiro, 2012, p. 55). Era frequentada, maioritariamente, pelos operários das fábricas existentes na avenida D. Carlos I e em Santos ou das diversas oficinas que circundavam o próprio edifício e, também, pelos habitantes do bairro da Madragoa (Cordeiro, 2012, p. 55).

<sup>9</sup> Os Estatutos da SPCEL especificavam que o serviço das cozinhas seria realizado por irmãs de qualquer congregação, cujos estatutos tivessem existência legal. Para o efeito, em 1893, o Patriarca de Lisboa intercedeu junto da superiora geral das irmãs Hospitaleiras em Portugal (Cordeiro, 2012, p. 69).

<sup>10</sup> Sobre este assunto ver: Um teatro que abate (1909, p. 120), cuja imagem mostra como o edifício da Cozinha nº 2 foi atingido pela derrocada do edifício contíguo; e Teatro Moderno. Projecto do sr. Ernesto H. Vieira Dias (1908, pp. 161-163).

<sup>11</sup> Designação atribuída em 1902 à nova rua que ligava o largo das Fontainhas com a rua de Cascais conforme o plano de Augusto César dos Santos, chefe da 2ª Secção da Repartição Técnica do Município. Ver Edital da Câmara Municipal de Lisboa de 16 de setembro de 1902, *Diário do Governo*, nº 215, de 24 de setembro do mesmo ano.

Como refere Cordeiro (2012, p. 50), a implantação das Cozinhas na cidade denota «a existência de dois eixos de actuação, um mais a ocidente, entre Alcântara e São Bento, e um outro a oriente, entre o Terreiro do Trigo e Xabregas. Dois núcleos perfeitamente definidos», o que é demonstrativo, ainda de acordo com o mesmo autor, dos objetivos institucionais da SPCEL quanto «à definição do público a alcançar pela instituição [...]: os operários», ou seja, aqueles que pudessem pagar pela refeição, o que excluía os mais pobres e miseráveis (Cordeiro, 2012, pp. 50 e 95).

As cozinhas económicas, através de aquisição de senhas, serviam rações individuais cuja oferta «ficou praticamente definida desde a abertura do primeiro estabelecimento, sendo introduzidas poucas alterações»: sopa, prato, pão e vinho. A sobremesa foi introduzida em 1895, o café em 1899 e a salada em 1908 (Cordeiro, 2025, pp. 10-11)<sup>12</sup>. As sobras diárias de comida eram distribuídas gratuitamente aos pobres, mas «apenas os pratos e as sopas garantidamente em bom estado, fora das cozinhas, ou nelas em horas mais tardias» (Cordeiro, 2012, p. 234).

\*

Maria Luísa faleceu a 2 de setembro de 1909, na quinta de São Sebastião, em Sintra, sucedendo-lhe na administração da SPCEL a sua filha Helena<sup>13</sup>, 4<sup>a</sup> duquesa de Palmela. Cerca de um ano depois, a 5 de outubro, os republicanos poriam fim à monarquia portuguesa. As Cozinhas Económicas encerraram e as irmãs da Caridade, que asseguravam o seu regular funcionamento, foram expulsas de acordo com a lei que determinava a extinção das ordens e corporações religiosas<sup>14</sup>. Uma vez impossibilitados de dar continuidade ao seu trabalho, os órgãos diretivos demitiram-se na assembleia geral de 5 de novembro de 1910, o que implicou a dissolução da SPCEL.

No entanto, consciente da premência social da atividade desenvolvida<sup>15</sup>, o governo provisório republicano nomeou uma comissão executiva para gerir transitoriamente as cozinhas, que reabriram a partir de 9 de novembro de 1910. Em 1920, o aumento das despesas e a diminuição da receita levou a novo encerramento das Cozinhas Económicas, cuja administração foi transferida para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por decreto de 1928<sup>16</sup>.

A primeira Cozinha Económica foi inaugurada há 132 anos. Atualmente, num outro contexto, com outras designações, com diferentes tutelas e em outros locais, ainda existem na capital, e também no país, instituições semelhantes de apoio social. Neste sentido, e pela impossibilidade de ter sido alcançada a imperiosa erradicação da pobreza, de algum modo, poder-se-á afirmar que a obra de Maria Luísa de Sousa Holstein, 3<sup>a</sup> duquesa de Palmela «Não se limita a ser caritativa [...], é mais do que isso – é benemerita» (Lobato, 1894, p. 43). No momento da sua morte esta iniciativa foi repetidamente sublinhada nos obituários publicados na imprensa<sup>17</sup>, exaltando

a mais prestigiada figura da aristocracia portuguesa, que soubera conquistar, pelos actos de uma caridade inteligente e inexgotável e pelos incentivos disvelados em favor da arte, uma dupla aureola de *sympathia* na imaginação e na alma populares. A sua larga obra de bondade prática, da qual as Cozinhas Económicas representam a mais evidente manifestação, não precisamos relembrar-a (*O enterro...*, 1909, p. 350).

<sup>12</sup> Sobre as rações, quantidades e preços, ver Cordeiro (2025, pp. 10-18).

<sup>13</sup> Helena Maria Domingas Porfírio Eugénia Ana Filomena Josefa Antónia Francisca Xavier de Sales de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein de Sampaio e Pina e Brederode (1864-1941), herdou por via materna vários títulos: 4<sup>a</sup> duquesa de Palmela, 3<sup>a</sup> marquesa do Faial e 4<sup>a</sup> condessa de Sanfré (Piemonte). Em 1887, casou com Luiz Coutinho Borges de Medeiros Sousa Dias da Câmara, filho dos marqueses da Praia de Monforte e, por casamento, marquês do Faial.

<sup>14</sup> Decreto com força de lei do Ministério da Justiça – Direção Geral dos Negócios da Justiça, *Diário do Governo*, nº 4, de 10 de outubro de 1910, p. 1.

<sup>15</sup> Recorde-se que «uma família operária, em 1910, despendia 80% do seu salário em alimentação, 10% na renda da casa e igual percentagem (5%) para vestuário e outras despesas do agregado familiar», razão pela qual «a população tinha que recorrer a respostas de carácter assistencialista, para proverem à maior das necessidades básicas – a alimentação» (Lúcio & Marques, 2010, pp. 11-12).

<sup>16</sup> *Diário do Governo*, I Série, nº 168, de 25 julho de 1928, p. 1563. Além das Cozinhas passam também para a Misericórdia: a Sopa dos Pobres, o Colégio Araújo (semi-internato), dois semi-internatos (travessa do Almada e rua de Artilharia Um); o pensionato da rua da Rosa, o internato infantil da Parede, a Escola Maternal do Alto do Pina e a Escola Maternal da Ajuda.

<sup>17</sup> Ver, entre outros: *O Occidente* (1909, p. 202); Lima (1909, p. 243); *A mãe dos pobres* (1910).

Na Câmara Municipal de Lisboa, na sessão de 9 de setembro de 1909, foi proposto pelo vice-presidente, Anselmo Braamcamp Freire «que na acta se exarasse um voto de sentimento pela morte da senhora Duquesa de Palmella, e acompanhou a sua proposta de palavras de subido elogio aos sentimentos caritativos da illustre finada», o que foi aprovado por unanimidade (Câmara Municipal de Lisboa, 1909, p. 530).

A documentação que a seguir se reproduz é referente a Maria Luísa de Sousa Holstein e às seis cozinhas, na expectativa de que os documentos existentes no Arquivo Municipal de Lisboa possam contribuir para o aprofundamento da investigação e estudo destas temáticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*A mãe dos pobres: Oração fúnebre proferida pelo arcebispo d'Evora nas exéquias celebradas na Igreja de S. Domingos de Lisboa em 10 de Dezembro de 1909 suffragando a alma da senhora duquesa de Palmella* (1910). Typographia Castro Irmão.

Alberto, C. (1909). Duquesa de Palmella. *O Occidente*, 32(1106), 202-203.

Araújo, N. (1993a). *Peregrinações em Lisboa* (livro IX, 2ª ed.). Vega.

Araújo, N. (1993b). *Peregrinações em Lisboa* (livro X, 2ª ed.). Vega.

Araújo, N. (1993c). *Peregrinações em Lisboa* (livro XI, 2ª ed.). Vega.

Araújo, N. (1993d). *Peregrinações em Lisboa* (livro XV, 2ª ed.). Vega.

Câmara Municipal de Lisboa. (1909). *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*. CML. [https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/ActasSCML/1909/1909\\_master/Actas\\_1909.pdf](https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/ActasSCML/1909/1909_master/Actas_1909.pdf)

Baptista, V., & Alves, P. M. (2020). Xabregas: Trabalho, quotidiano e ativismo (do fim do século XIX aos anos 40 do século XX). In P. P. Cabreira (Org.), & R. Varela (Coord.), *História do movimento operário e conflitos sociais em Portugal. Actas do IV Congresso História do trabalho, do movimento operário e dos conflitos sociais em Portugal e III Conferência do Observatório para as Condições de Trabalho e Vida* (pp. 501-516). Instituto de História Contemporânea.

Carvalho, J. L. (1914). *Noticia acerca do edifício da Cozinha Economica dos Anjos*. Typographia do Commercio.

Cordeiro, R. (2012). *Filantropia: As Cozinhas Económicas de Lisboa (1893-1911)* [Dissertação de Mestrado]. ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/5510>

Cordeiro, R. (2025). As Cozinhas Económicas de Lisboa: Conceito, administração e distribuição de refeições entre 1893 e 1926. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (23), 1-20. <https://doi.org/10.48751/CAM-2025-23400>

Lima, C. (1909). Funeral da senhora Marqueza de Palmella. *Brasil-Portugal*, (256), 241-244.

Lobato, G. (1894). A duqueza de Palmella. *O Occidente*, 17(546), 43.

Lúcio, J., & Marques, F. (2010). *A Pobreza em Lisboa na Primeira República*. Seminário Poder e Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. [https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/A\\_POBREZA\\_EM\\_LISBOA\\_NA\\_I\\_REPUBLICA\\_VERSAO\\_FINAL1.pdf](https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/A_POBREZA_EM_LISBOA_NA_I_REPUBLICA_VERSAO_FINAL1.pdf)

O enterro da senhora duqueza de Palmella (1909). *Ilustração Portuguesa*, (186), 349-350.

*O Occidente* (1892), XV(485).

*O Occidente* (1909), XXXII(1106), 202.

Paixão, B. (1944). *A fundação das Cozinhas Económicas de Lisboa: Discurso proferido no descerramento do painel alusivo à iniciativa da Duquesa de Palmela, Dona Maria Luisa de Sousa Holstein Beck – na Cozinha Económica do Cais de Santarém, no dia 22 de Abril de 1944*. Tipografia da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Pistola, R. (2009). *Alcântara: A evolução industrial de meados do século XIX ao final da I República* [Dissertação de Mestrado]. FCSH-UNL. [https://www.researchgate.net/publication/281813595\\_Alcantara\\_A\\_Evolucao\\_Industrial\\_De\\_Meados\\_do\\_Seculo\\_XIX\\_ao\\_Final\\_da\\_Ia\\_Republica](https://www.researchgate.net/publication/281813595_Alcantara_A_Evolucao_Industrial_De_Meados_do_Seculo_XIX_ao_Final_da_Ia_Republica)

*Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal da Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas de Lisboa: Gerência de 1908*. (1909). Imprensa Nacional.

Saldanha, S. C. (2013). Maria Luísa de Sousa e Holstein. In J. Esteves, & Z. O. Castro (Dir.), *Feminae: Dicionário Contemporâneo* (pp. 665-676). Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Theatro Moderno: Projecto do sr. Ernesto H. Vieira Dias. (1908). *A Construcção Moderna*, VIII(249), 161-163.

Um theatro que abate (1909). *Ilustração Portuguesa*, (153), 120.

Urbano, P. (2022). As damas camaristas ao serviço da Casas das Rainhas durante a monarquia constitucional portuguesa: tradição e modernidade. In S. S. Serpa, C. Moscatel, N. Oliveira, D. Soares, & B. Valério (Coords.), *Trabalho (no) feminino: Histórias de mulheres (séculos XVIII a XX)* (pp. 34-60). Letras Lavadas edições.

## Documentos

### I – MARIA LUÍSA DE SOUSA HOLSTEIN, 3.ª DUQUESA DE PALMELA



**Figura 1** Atelier da 3.ª Duquesa de Palmela, Maria Luísa de Sousa Holstein, [ant. 1893]. Negativo de gelatina e prata em vidro. 24 x 30 cm. Francesco Rocchini (1821-1893). Arquivo Municipal de Lisboa (AML), PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ROC/000065.

**Figura 2** Atelier da 3.ª Duquesa de Palmela, Maria Luísa de Sousa Holstein, [ant. 1893]. Negativo de gelatina e prata em vidro. 24 x 30 cm. Francesco Rocchini (1821-1893). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ROC/000063.

**Figura 3** Atelier da 3.ª Duquesa de Palmela, Maria Luísa de Sousa Holstein, [ant. 1893]. Negativo de colódio e prata em vidro. 24 x 30 cm. Francesco Rocchini (1821-1893). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ROC/000064.

**Figura 4** Maria Luísa de Sousa Holstein, 3.ª duquesa de Palmela, no seu atelier de escultura, [ant. 1909]. Prova em papel de revelação baritado. 13 x 18 cm. Paulo Guedes. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000753.



**Figura 5** Rua da Escola Politécnica, entrada principal do palácio dos Duques de Palmela, sendo visíveis as duas esculturas realizadas em 1902 por A. Calmels, alegorias da Força Moral e do Trabalho, [19--]. Negativo de gelatina e prata em vidro. 9 x 12 cm. Casa Fotográfica Garcia Nunes. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/000149.



**Figura 6** A Rainha D. Amélia e Maria Luísa de Sousa Holstein, 3.ª Duquesa de Palmela, camareira-mor da rainha, [ant. 1908]. Negativo de gelatina e prata em vidro, 9 x 12 cm. Alberto Carlos Lima (1821-1949). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000094.

**Figura 7** A Rainha D. Amélia e Maria Luísa de Sousa Holstein, 3.ª Duquesa de Palmela, camareira-mor da rainha, [ant. 1908]. Negativo de gelatina e prata em vidro, 9 x 12 cm. Alberto Carlos Lima (1821-1949). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000034.



**Figura 8** O rei D. Carlos e Maria Luísa de Sousa Holstein, 3.<sup>a</sup> Duquesa de Palmela, junto da Estação Telegrapho-Postal, [1894-ant. 1908]. Diapositivo cromogéneo em acetato de celulose. 9 x 11,9 cm. AML, PT/AMLSB/ORI/000225.

**Figura 9** Maria Luísa de Sousa Holstein, 3.<sup>a</sup> Duquesa de Palmela, 1909-08. Negativo de gelatina e prata em vidro. 9 x 12 cm. Joshua Benoiel (1873-1932). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/002743.



**Figura 10** Funeral de Maria Luísa de Sousa Holstein, 3.<sup>a</sup> Duquesa de Palmela, 1909-09. Negativo de gelatina e prata em vidro. 9 x 12 cm. Alberto Carlos Lima (1821-1949). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002237.

## II – COZINHA ECONÓMICA N.º 1, PRAZERES, 1893



Figura 11 Alunos das Oficinas de São José na rua Saraiva de Carvalho, 275 [ao fundo é visível a chaminé da Cozinha Económica n.º 1], [19--]. Negativo de gelatina e prata em vidro. 9 x 12 cm. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ACU/002017.



**Figura 12** Oficinas de São José, formatura de alunos [ao fundo é visível a chaminé da Cozinha Económica n.º 1], 1953. Negativo de gelatina e prata em nitrato de celulose. 18 x 24 cm. Kurt Pinto (1887-1959). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/KPI/000029.



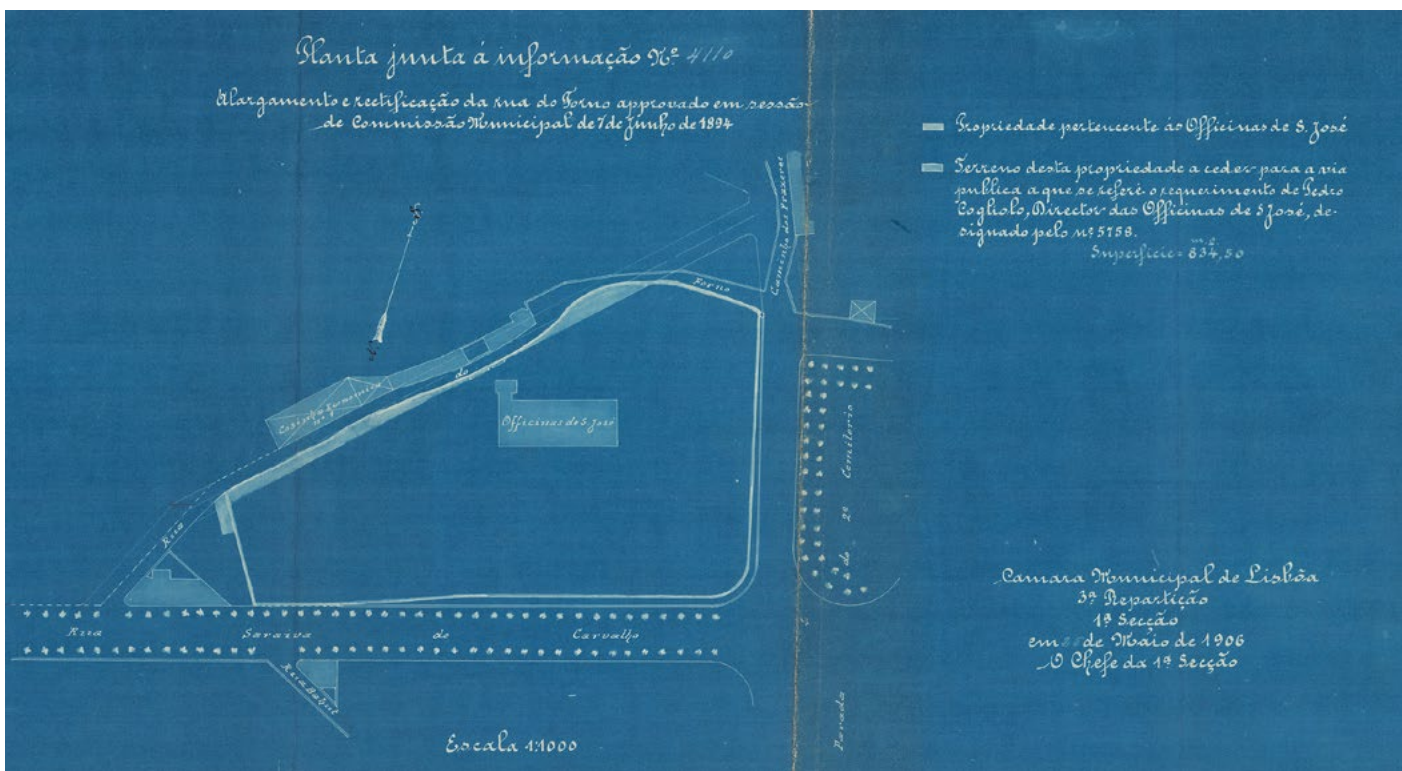


Figura 14 [Alinhamento da rua do Forno na qual é visível a localização da Cozinha Económica n.º 1], 1906-05-25 - 1923-04-11. Frederico Ressano Garcia (1847-1911). AML, PT/AMLSB/CMLS-BAH/PURB/002/01301, p. 3.

### III – COZINHA ECONÓMICA N.º 2, REGUEIRÃO DOS ANJOS, 1894



Figura 15 [Cozinha Económica n.º 2 após derrocada do edifício contíguo em construção, o Teatro Moderno], [1909]. 13 x 18 cm. Machado & Souza. 1896-1908. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/003661.

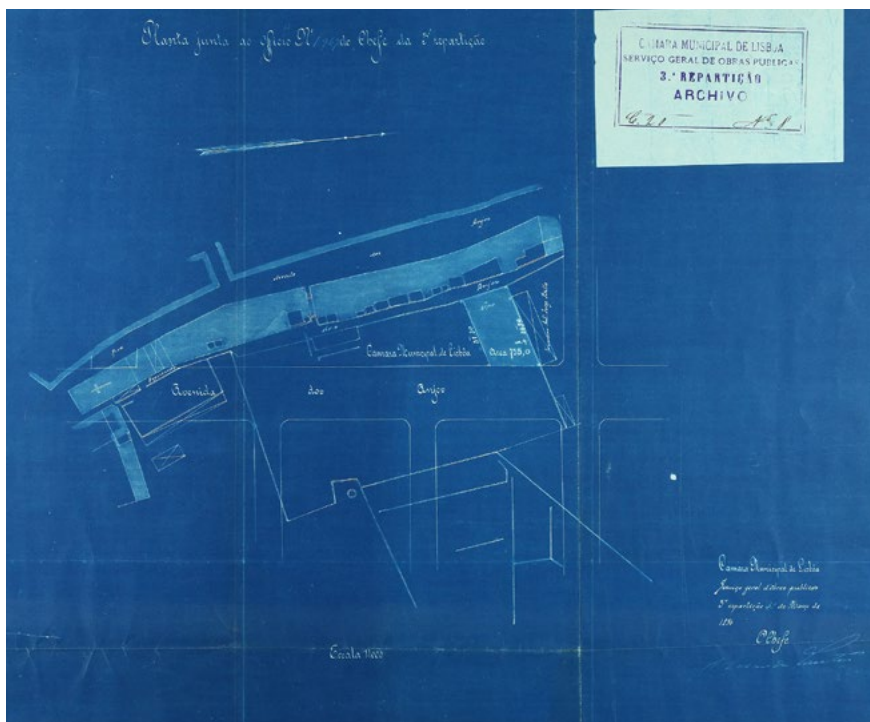
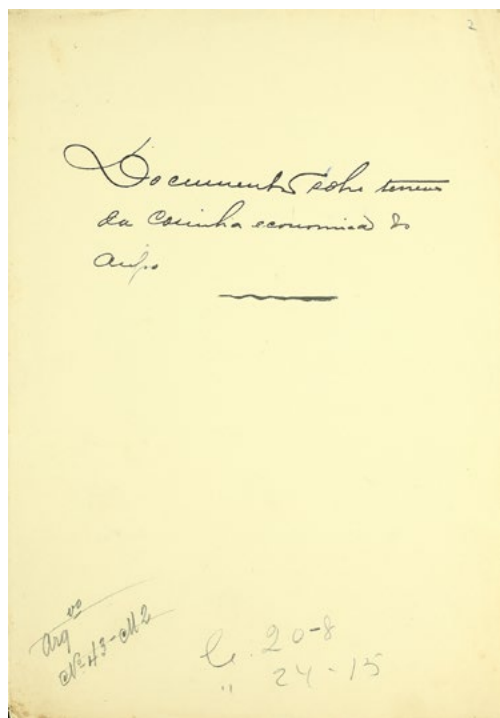
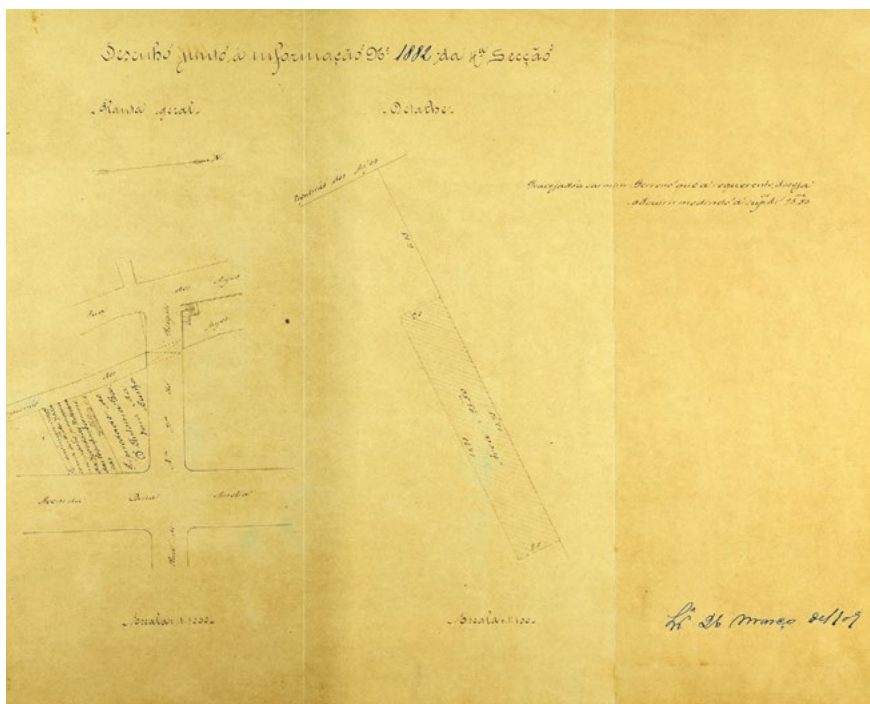
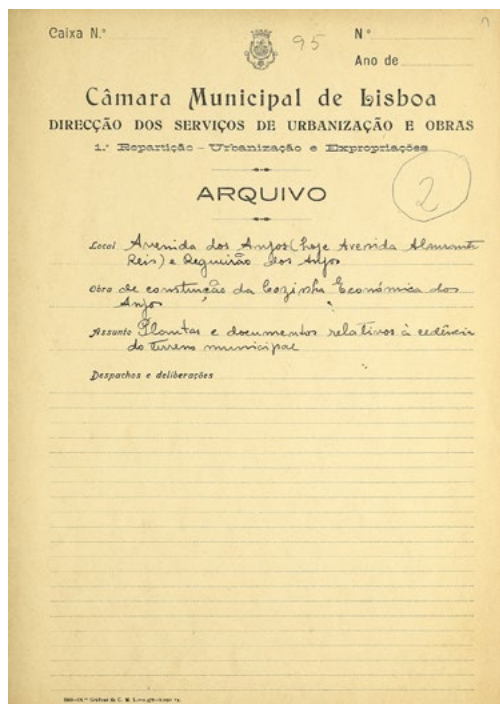


Figura 16 [Planta da avenida dos Anjos na qual está assinalado no terreno da CML a localização da Cozinha Económica n.º 2], 1894-03-31 - 1909-05-28. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/01140, pp. 1, 2, 6 e 9.



## IV – COZINHA ECONÓMICA N.º 3, ALCÂNTARA, 1895

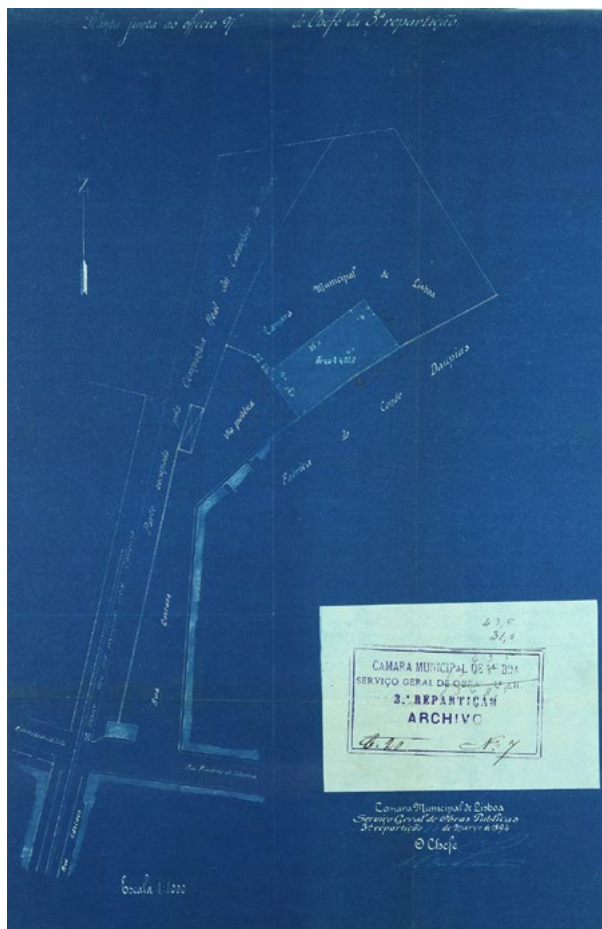
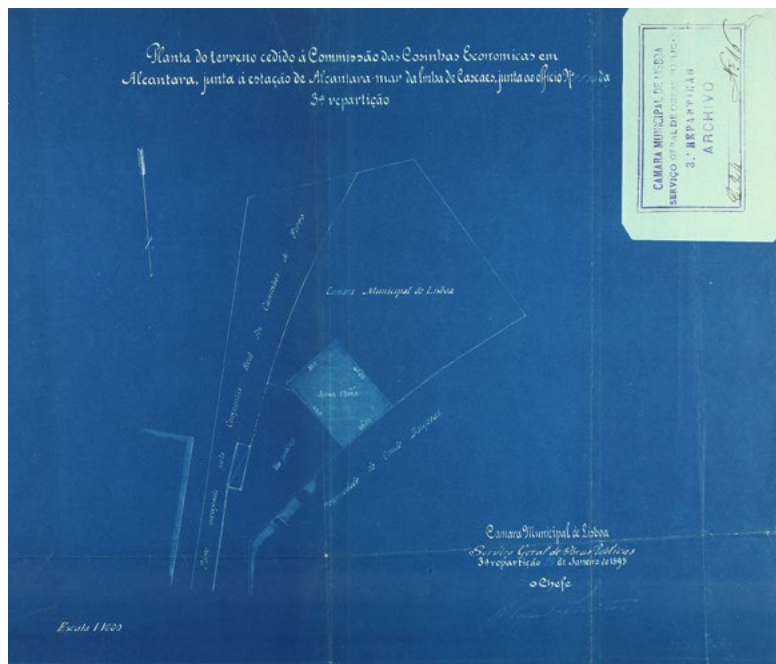


Figura 18 Terreno municipal em Alcântara cedido à Comissão das Cozinhas Económicas em Alcântara, 1894-03-13 - 1895-01-25. Augusto César dos Santos. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/01454, pp. 2, 3 e 4.

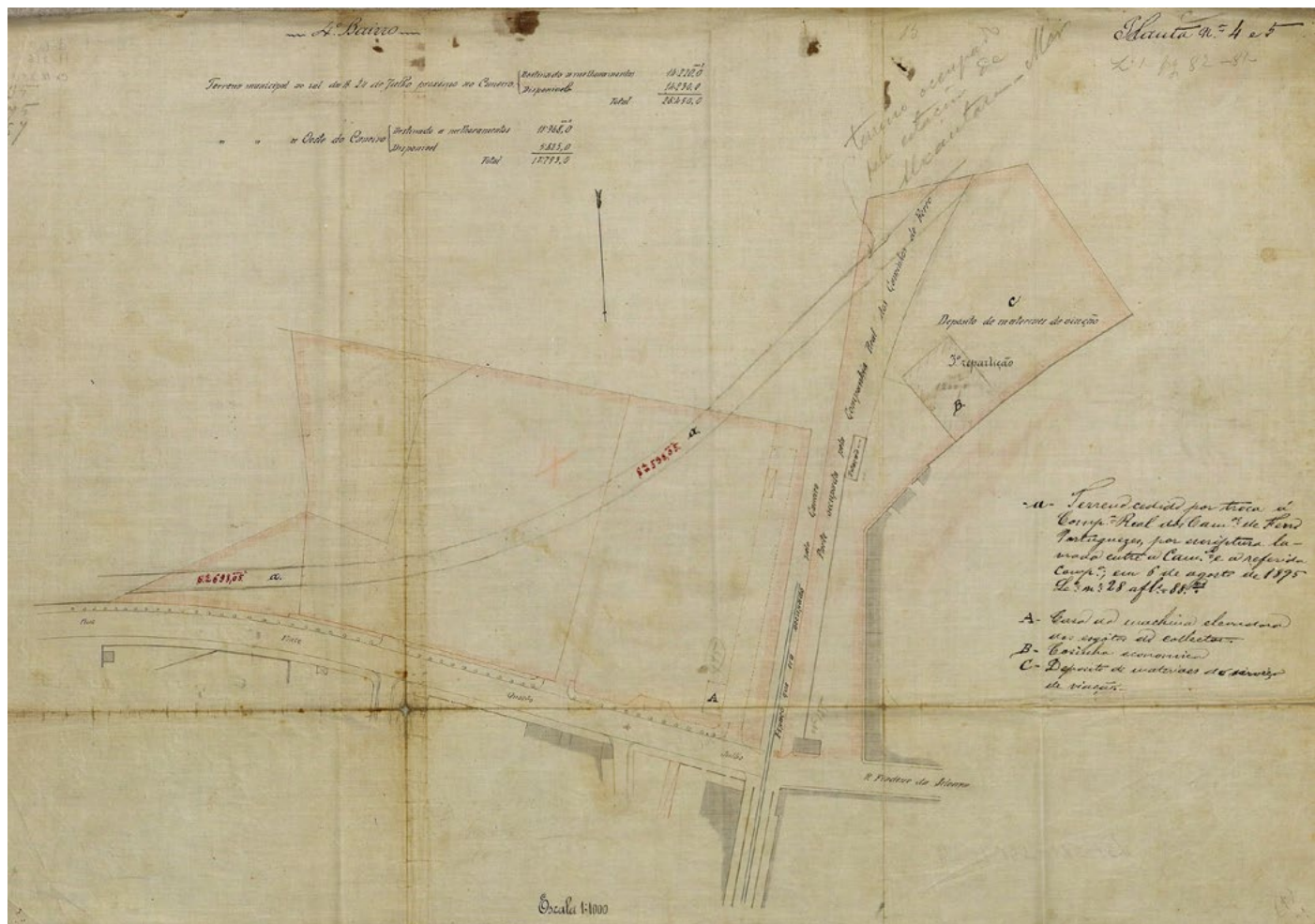


Figura 19 [Terrenos municipais próximos do caneiro da avenida Vinte e Quatro de Julho], 1895-08-06.AML, PT/AMLSB/CMLSAH/PURB/002/00435, p. 1.

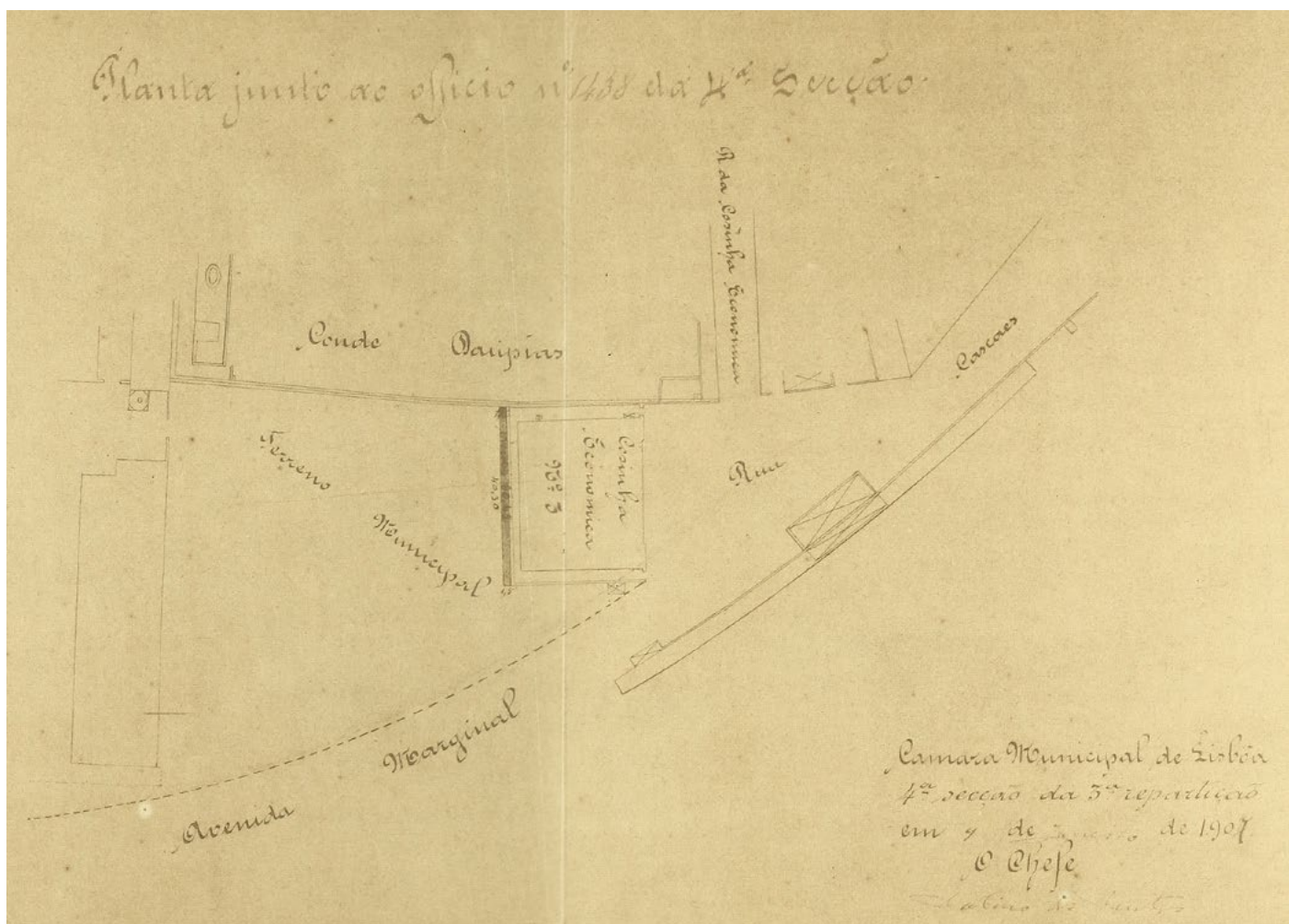
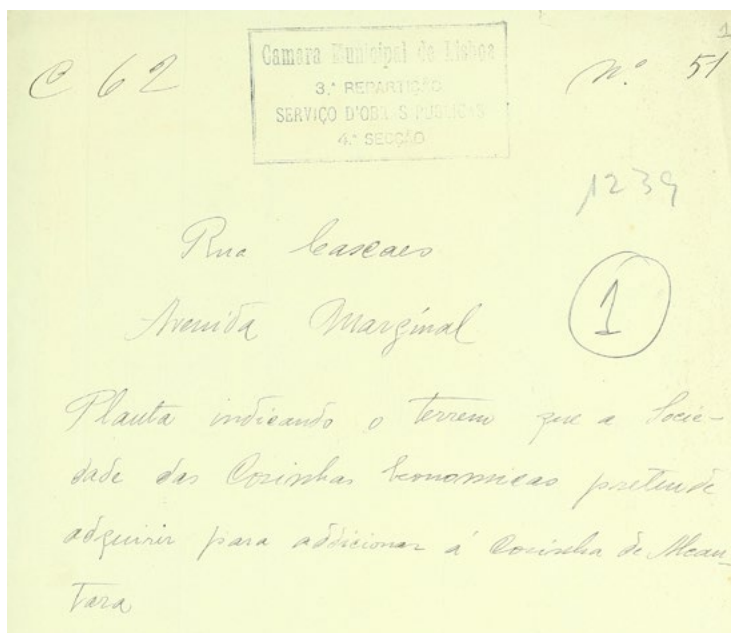


Figura 20 Planta com a identificação do terreno municipal na rua de Cascais indicando a parte que a SPCEL pretende adquirir para ampliação da Cozinha Económica n.º 3], 1907-01-04. AML, PT/AMLSB/CMLSBHAH/PURB/002/01296, pp. 1 e 2.

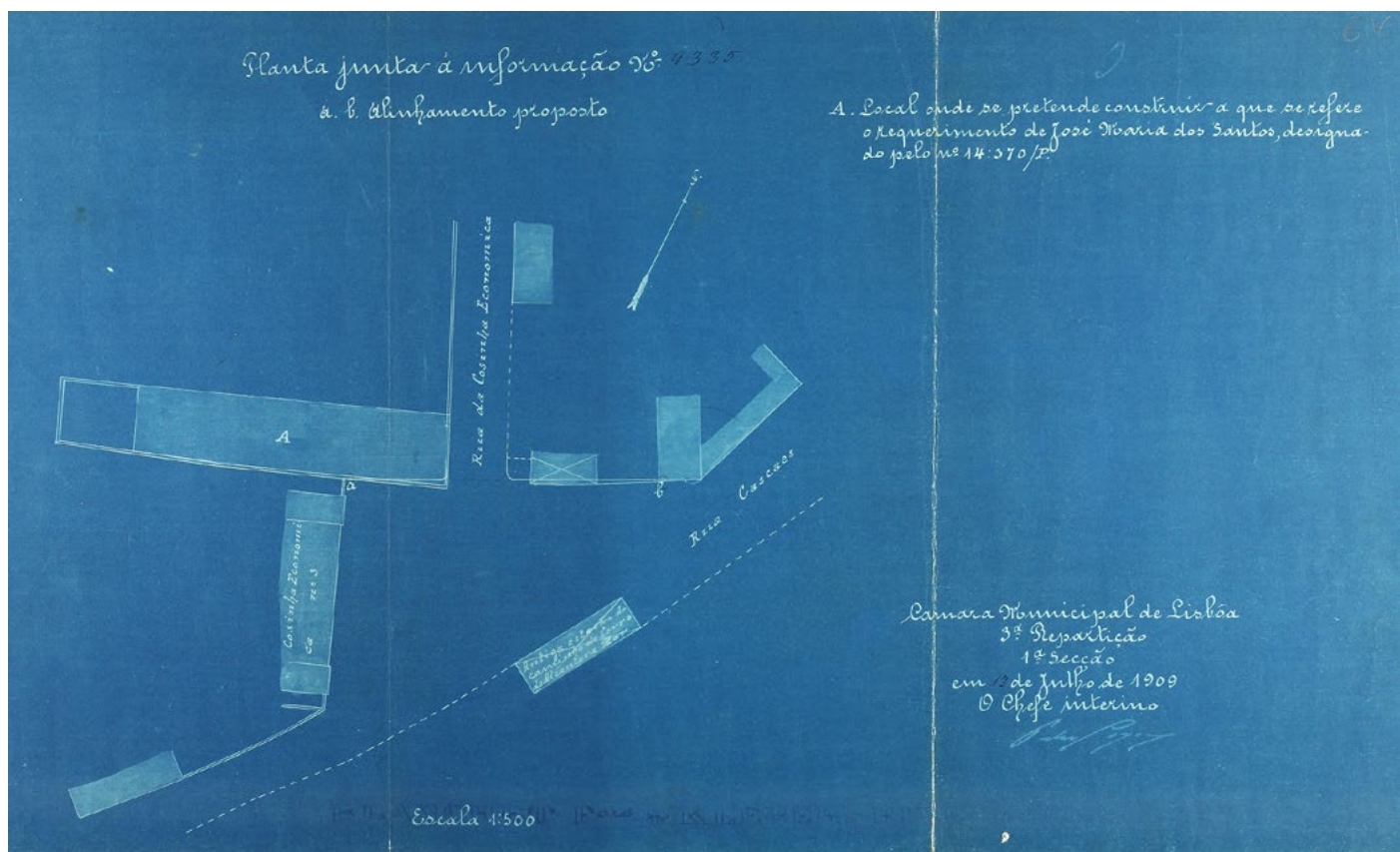


Figura 21 [Alinhamento da rua da Cozinha Económica], 1909-07-13. Pedro Joyce (18--?-19--?), condutor de obras. AML, PT/AMLSB/CMLSAH/PURB/002/02310, p. 1.

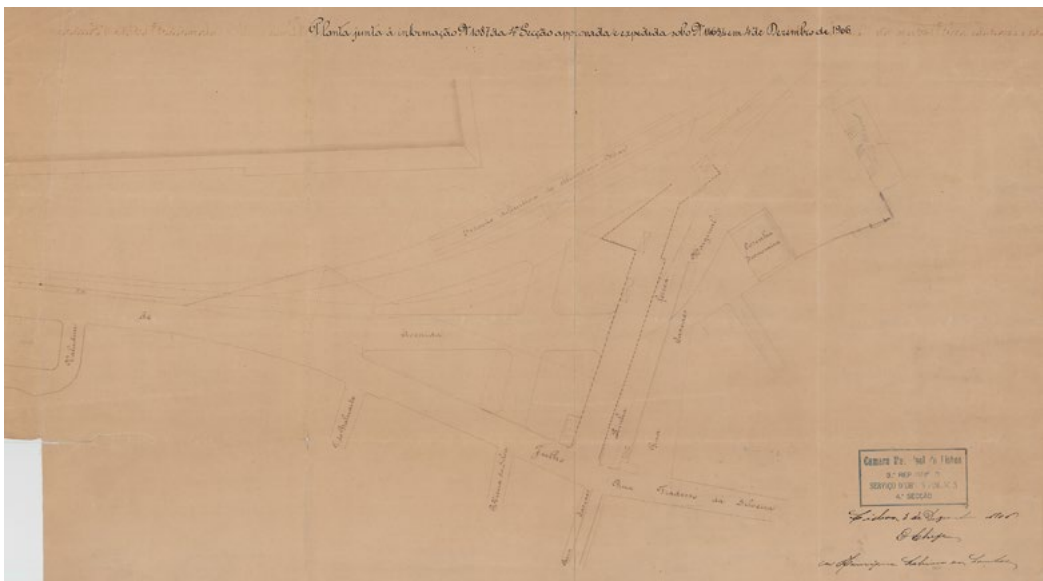
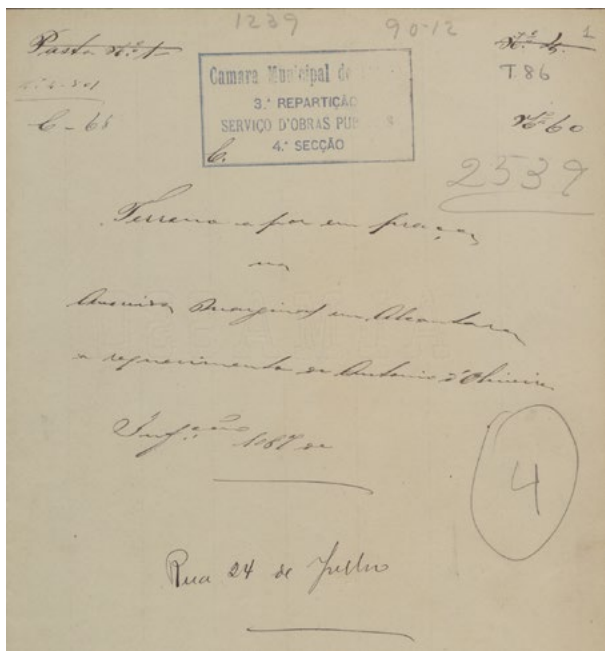
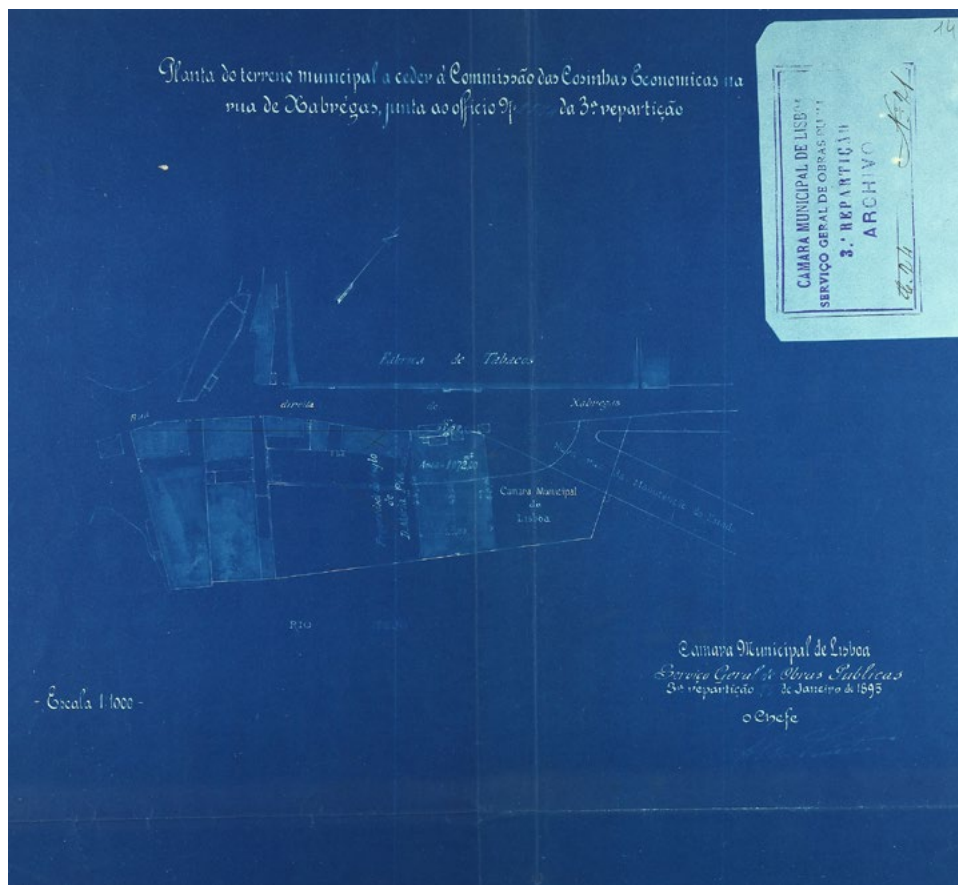
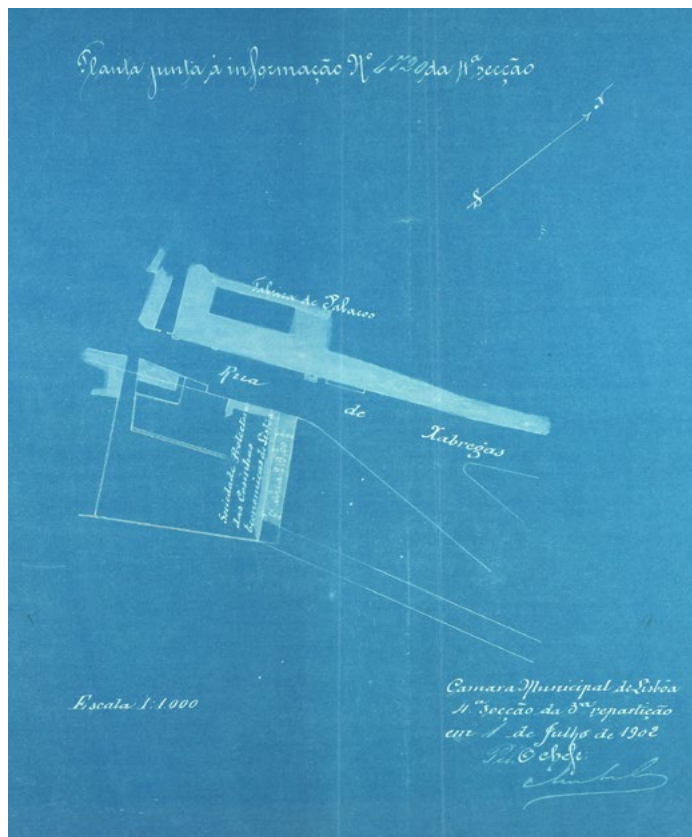


Figura 22 [Terreno municipal na avenida Marginal], 1906-12-03 - 1920-09-30. Henrique Sabino dos Santos, 3.ª Repartição do Serviço Geral de Obras Públicas da CML. AML, PT/AMLSB/CMLSB/BAH/PURB/002/01297, pp. 1, 2 e 3.

## V – COZINHA ECONÓMICA N.º 4, RUA DE XABREGAS, 1896



**Figura 23** [Rua de Xabregas. É visível o edifício da Cozinha Económica n.º 4 ao fundo, do lado esquerdo, pintado de branco], 1967-07. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose. 6 x 6 cm. João Hermes Cordeiro Goulart. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/001039.



**Figura 24** [Cedência de terreno na rua de Xabregas para a construção da Cozinha Económica n.º 4], 1888-01-07 - 1911-07-07. Augusto César dos Santos, condutor de Obras Públicas. AML/PT/AMLSB/CMLSB/BAH/PURB/002/00885, pp. 13 e 14.



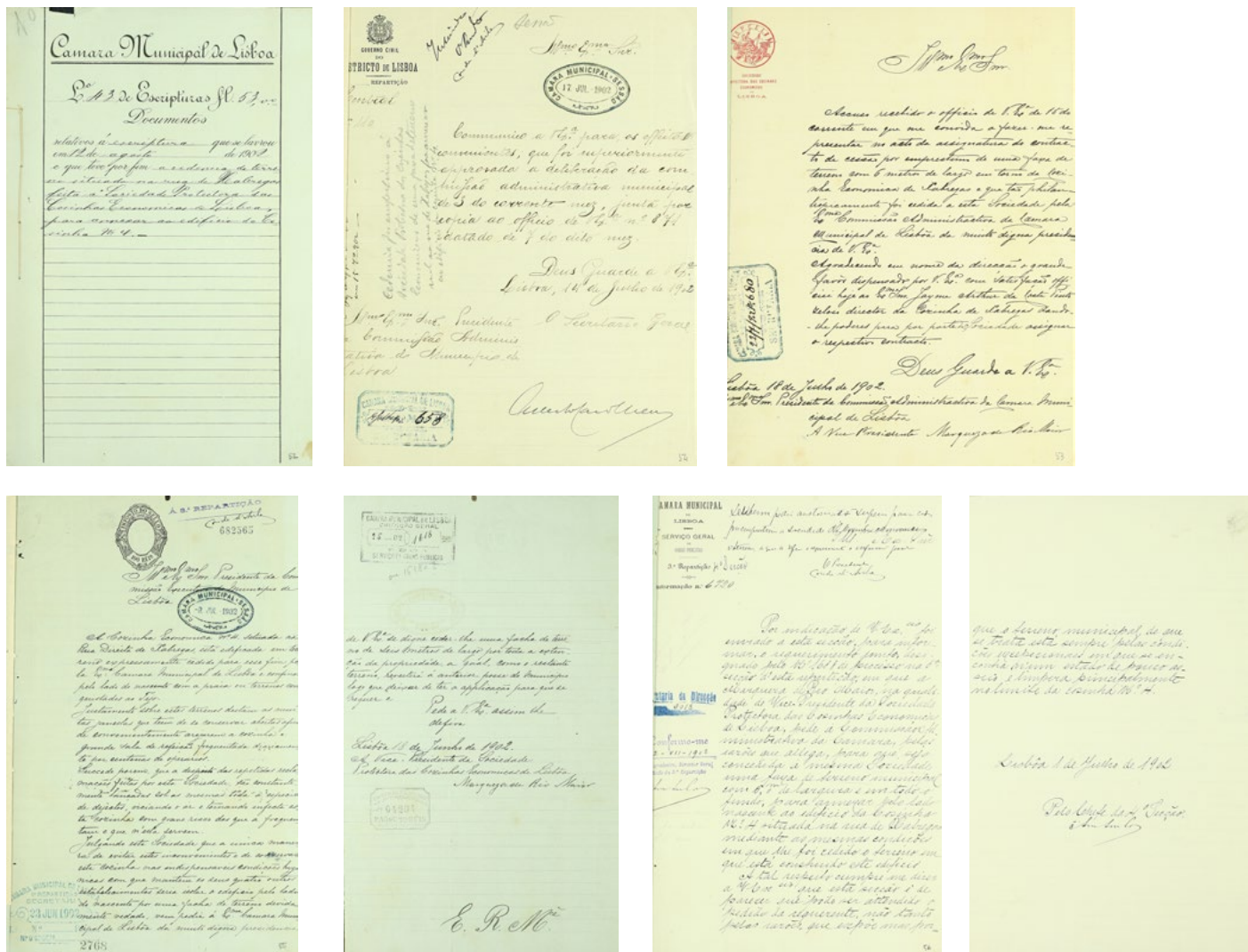


Figura 26 [Escritura de cedência de terreno situado na rua de Xabregas feita à Sociedade Protetora das Cozinhas Económicas de Lisboa para anexar ao edifício da Cozinha n.º 4], 1902-06-18 - 1902-08-12. AML, PT/AMLSB/CMLSB/AFNAJ/001/0064/010, pp. 52, 53, 54, 55, 55v, 56 e 56v.

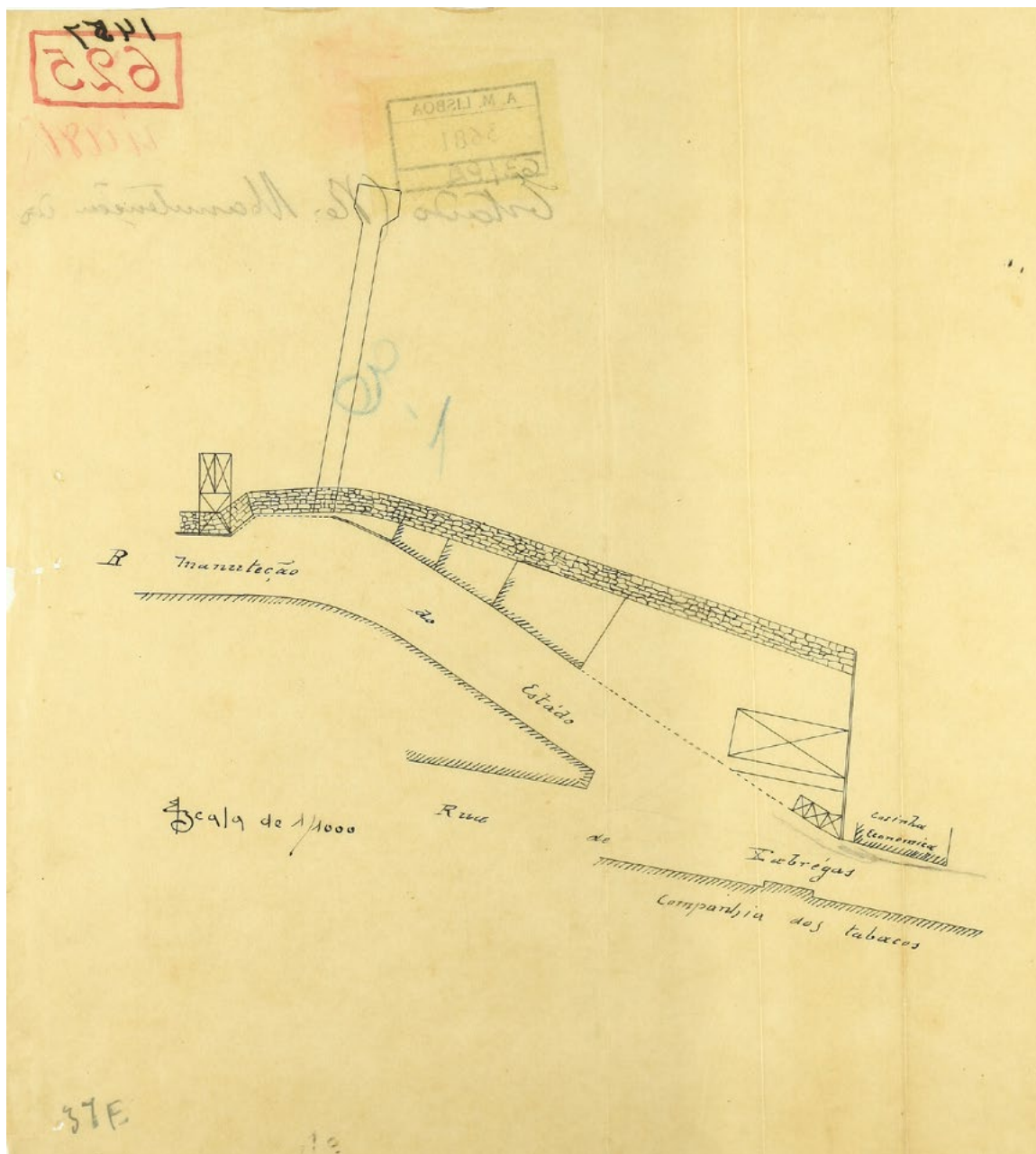


Figura 27 [Planta de alinhamento da rua da Manutenção do Estado, onde é visível a localização da Cozinha n.º 4], [190-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/07388, p. 1.

## VI – COZINHA ECONÓMICA N.º 5, RIBEIRA VELHA, TERREIRO DO TRIGO, 1897



Figura 28 Ribeira Velha, edifício da Cozinha Económica n.º 5, 1953-06. Negativo de gelatina e prata em vidro. 9 x 12 cm. Eduardo Portugal (1900-1958). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000394.



Figura 29 Edifício da Cozinha Económica n.º 5 para demolição, 1953-06. Negativo de gelatina e prata em vidro, 9 x 12 cm. Eduardo Portugal (1900-1958). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000395.

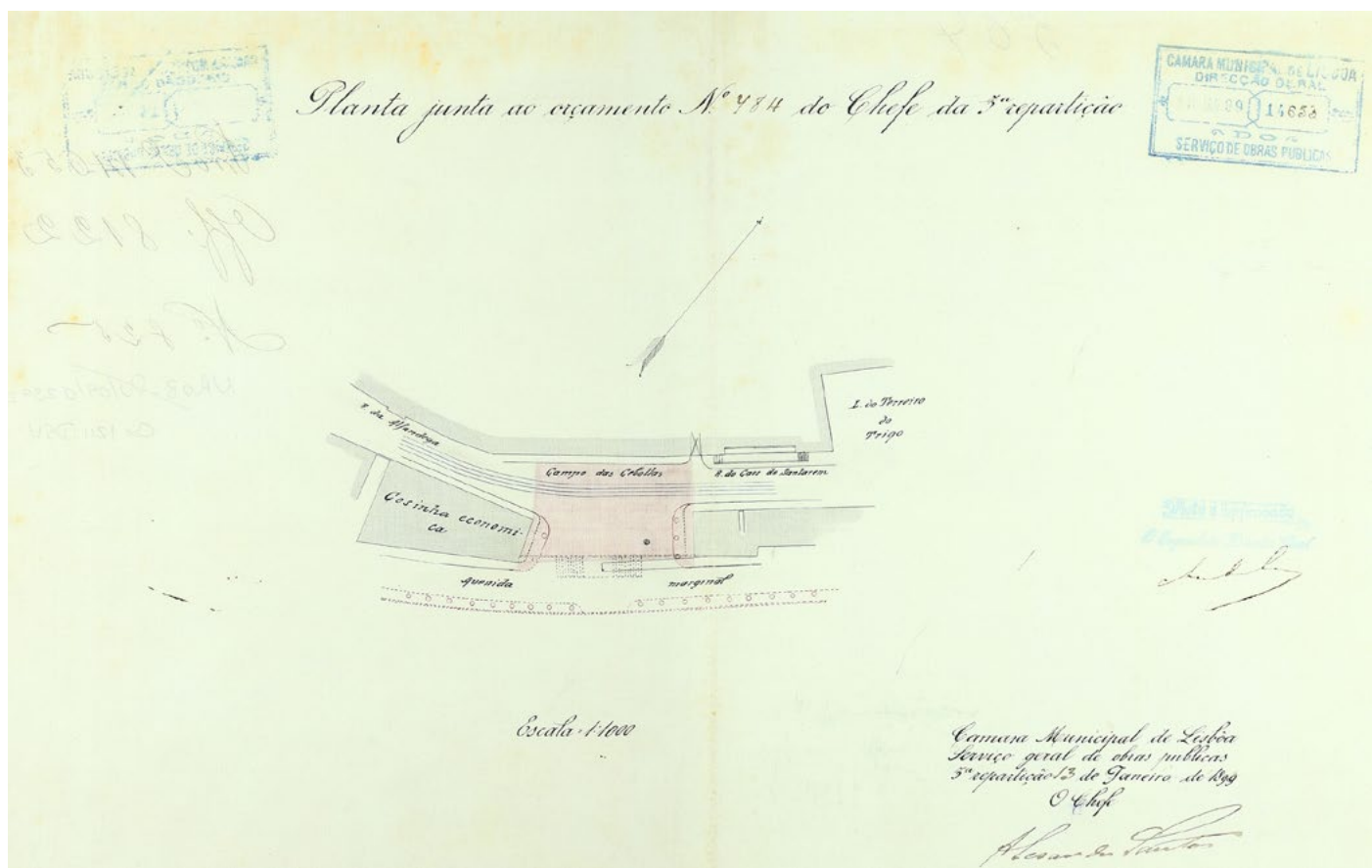


Figura 30 [Planta para a realização de obras no Campo das Cebolas onde é visível a localização da Cozinha Económica n.º 5], 1899-01-13. Augusto César dos Santos, subdiretor do Serviço Geral de Obras Públicas da CML; António Maria de Avelar, condutor de Obras Públicas (1854-1912). AML, PT/AMLSB/CMLSB/BAH/PURB/002/02205, p. 11.

- MINUTA -

Empreitada n.º 149, Demolição, incluindo aproveitamento dos materiais do prédio sito na Av. D. Henrique (Cozinha Económica n.º 5), por Aluísio Varjão Santos

*Concedido em 14.1.54*

*A consideração do Director dos Serviços Municipais de Engenharia e Obras Públicas (Bokmann)*

D. S. U. O.  
3.ª Repartição - Obras Municipais  
VISTO  
O engenheiro-chefe

1.º - C. M. L.  
2.º - Aluísio Varjão Santos

E D I R ã O:

Que após concurso público que no estilo da lei se realizou a 30 de julho do corrente ano, resolveu o Excm. Vice-Presidente da Câmara em seu despacho proferido a 15 de Agosto, aprovar a adjudicação a Aluísio Varjão Santos da Empreitada n.º 149/53 - Demolição, incluindo aproveitamento dos materiais do prédio sito na Avenida D. Henrique (Cozinha Económica n.º 5) pelo preço de 2.178,00\$

que nestes termos e concertados áccras do seu contrato o redu-

zem á forma seguinte:

1.º - A C.M.L. com efeito dá de empreitada de labor e materiais, ao 2.º outorgante, Aluísio Varjão Santos, que a aceta, a obra de demolição, incluindo aproveitamento dos materiais do prédio sito na Avenida D. Henrique (Cozinha Económica n.º 5);

2.º - A obra será feita de pizco acôrdo com o caderno de encargos (constante de páginas 6 do Diário Municipal n.º 5458 de 15 de julho de 1953) e com as peças desenhadas, que com o citado caderno, ficam fazendo parte desta escritura e para todos os efeitos regendo o presente contrato;

3.º - Toda a obra deverá ficar pronta e completamente acabada dentro de 45 dias a contar da data da consignação dos trabalhos;

4.º - A garantia de execução da obra será feita em dinheiro em favor do Município de Lisboa, no valor de 1187,50\$

5.º - O preço da empreitada é de 2.178,00\$, quantia que será paga em prestações de acôrdo com o trabalho já executado e medido em autos para tal elaborados e nos termos das condições gerais-tipo que se refere o art.º 1.º do citado caderno de encargos;

6.º - Os salários mínimos diários a pagar pelo empreiteiro são os estabelecidos pelo INSTITUTO NACIONAL DE TRABALHO;

7.º - Se o empreiteiro pagar salários inferiores aos mínimos, expressos na respectiva tabela, incorrerá em multa de vinte vezes a importância que tiver pago a menos;

8.º - Em caso de primeira reincidência a multa será de cinquenta vezes a diferença que tiver pago a menos;

4,00  
15,00  
119,50  
1187,50

Fls. 3

2.º - Em caso de segunda reincidência incorrerá, imediatamente, na pena de rescisão será efectuada de harmonia com o art.º 68.º das Cláusulas e "Condições Gerais de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas".

3.º - As importâncias das multas, aplicadas nos termos anteriores serão descontadas no primeiro pagamento subsequente á aplicação das multas;

4.º - As importâncias das multas, referidas no art.º e parágrafos anteriores, reverterão a favor do Fundo do Desemprego;

5.º - Independentemente das multas, a pagar ao Estado, o empreiteiro será obrigado a pagar ao pessoal, a quem tiver sido pago salário inferior ao da tabela, o dobro da diferença que servir de base á aplicação da multa;

6.º - Além dos casos previstos na legislação em vigor, que podem determinar a rescisão do contrato, far-se-á esta sempre que o empreiteiro não cumpre alguma das suas condições. Neste caso, a rescisão motivará a perda, pelo empreiteiro, dos depósitos de garantia, das quantias retidas, ou das importâncias em dívida, direito éste que a Câmara Municipal de Lisboa exerce definitivamente;

7.º - O empreiteiro fica sujeito ás "Instruções para Arrendamento de Obras Públicas, Fornecimentos e Respectiveas Liquidações", de 24 de Outubro de 1933, ás "Cláusulas e Condições Gerais de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas", de 9 de Maio de 1906, ao Regulamento para a Execução e Contabilidade dos Serviços de Obras Públicas", de 14 de Julho de 1915, e mais legislação applicavel;

Fla. 4

10.º - Para todos os efeitos emergentes deste contrato o empreiteiro estipula, com renúncia a qualquer outro, domicilio especial nesta Cidade; na Rua da Induistria n.º 15, 2.º, e, sempre

11.º - Para assegurar o cumprimento da empreitada, objecto deste contrato, depositou o empreiteiro, á ordem da Câmara Municipal de Lisboa, na CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, CREDITO E PREVIDENCIA, a quantia de 1187,50\$ valor equivalente a 50% do preço da empreitada.

A S S I M O D I R ã O:

Foi-me apresentado o officio n.º 1445, de 26 de Agosto de 1953, da Secretaria Geral do Ministério da Justiça, donde se verifica não constar ali qualquer dos impedimentos a que se refere os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 23.226, de 15 de Novembro de 1933.

Foi-me apresentado o conhecimento que restitui, n.º , relativo á contribuição liquidada em referência á empreitada, objecto desta escritura e paga, a de , na Tesouraria de Finanças do 2.º Bairro Fiscal de Lisboa.

Lisboa, em 11 de 1 de 1954

O NOTÁRIO,  
*[assinatura]*

Figura 31 [Minuta da empreitada n.º 149, demolição incluindo aproveitamento dos materiais do prédio sito na avenida D. Henrique (Cozinha Económica n.º 5)], 1953-07-15 - 1954-03-11. AML, PT/AMLSB/CMLSB/BAH/FNAJ/001/0654/004, Livro de notas n.º 161 A, pp. 2, 3, 4 e 5.

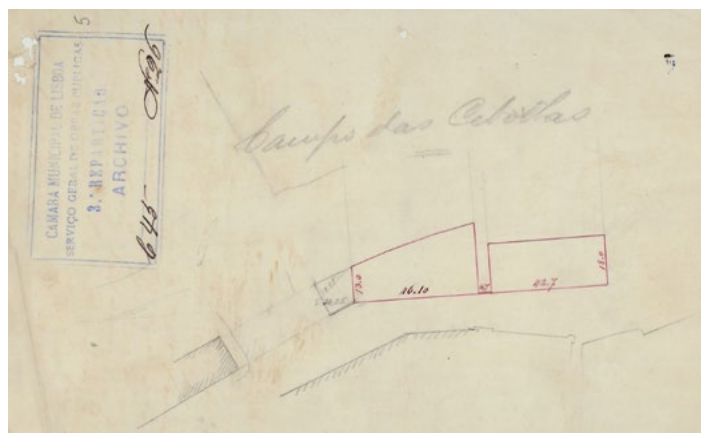
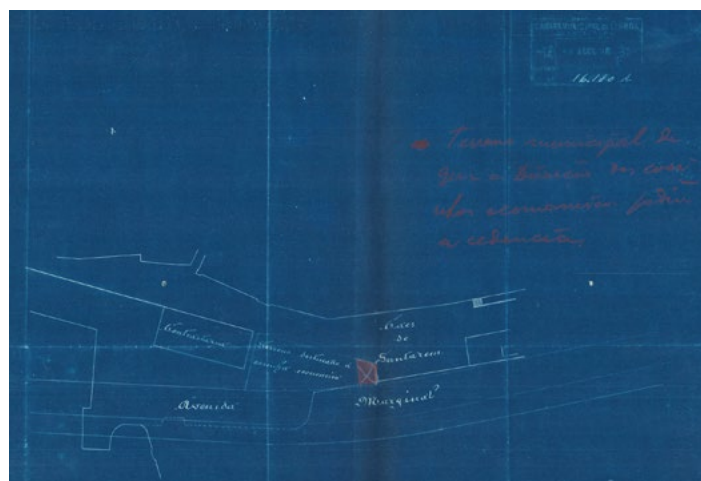
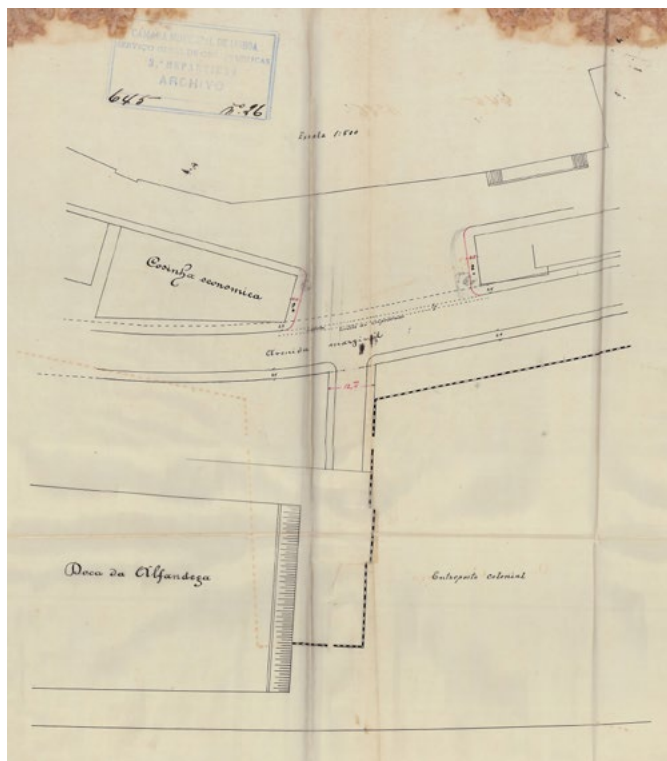
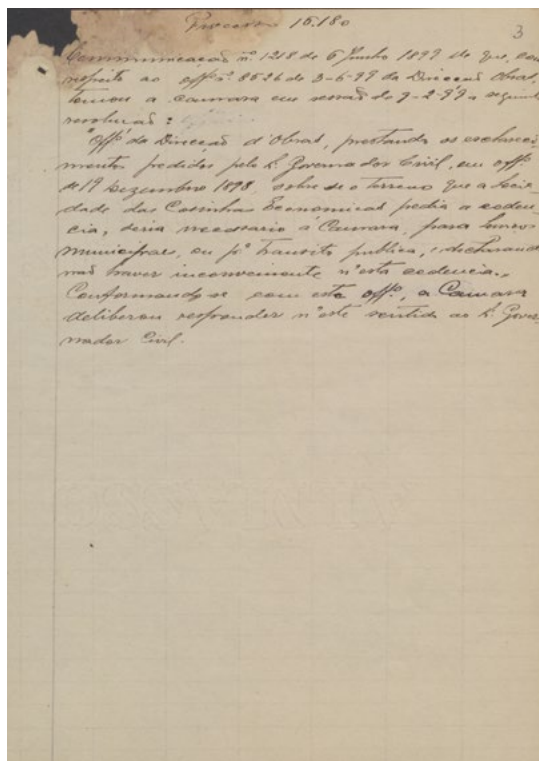
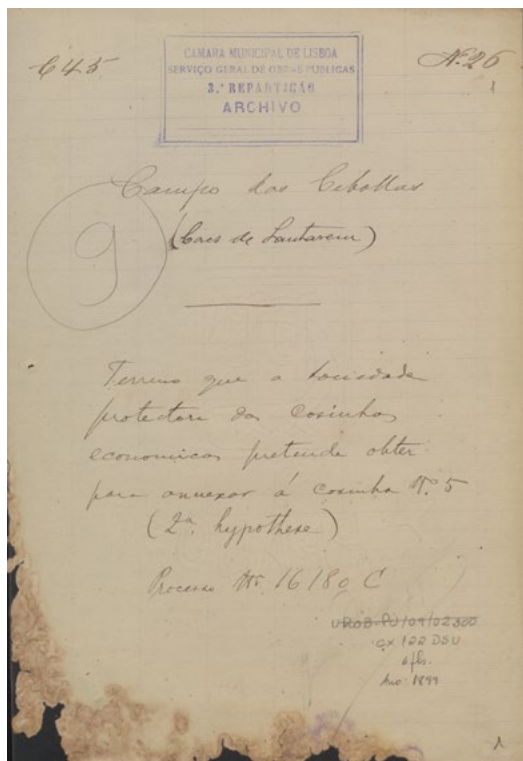


Figura 32 | Terreno municipal no Campo das Cebolas com a marcação e medição da área ocupada pela Cozinha n.º 5 | 1899-06-06 - 1899-08. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PURB/002/02567, pp. 1, 2, 3 e 4.

## VII – COZINHA ECONÓMICA N.º 6, SÃO BENTO, 1906

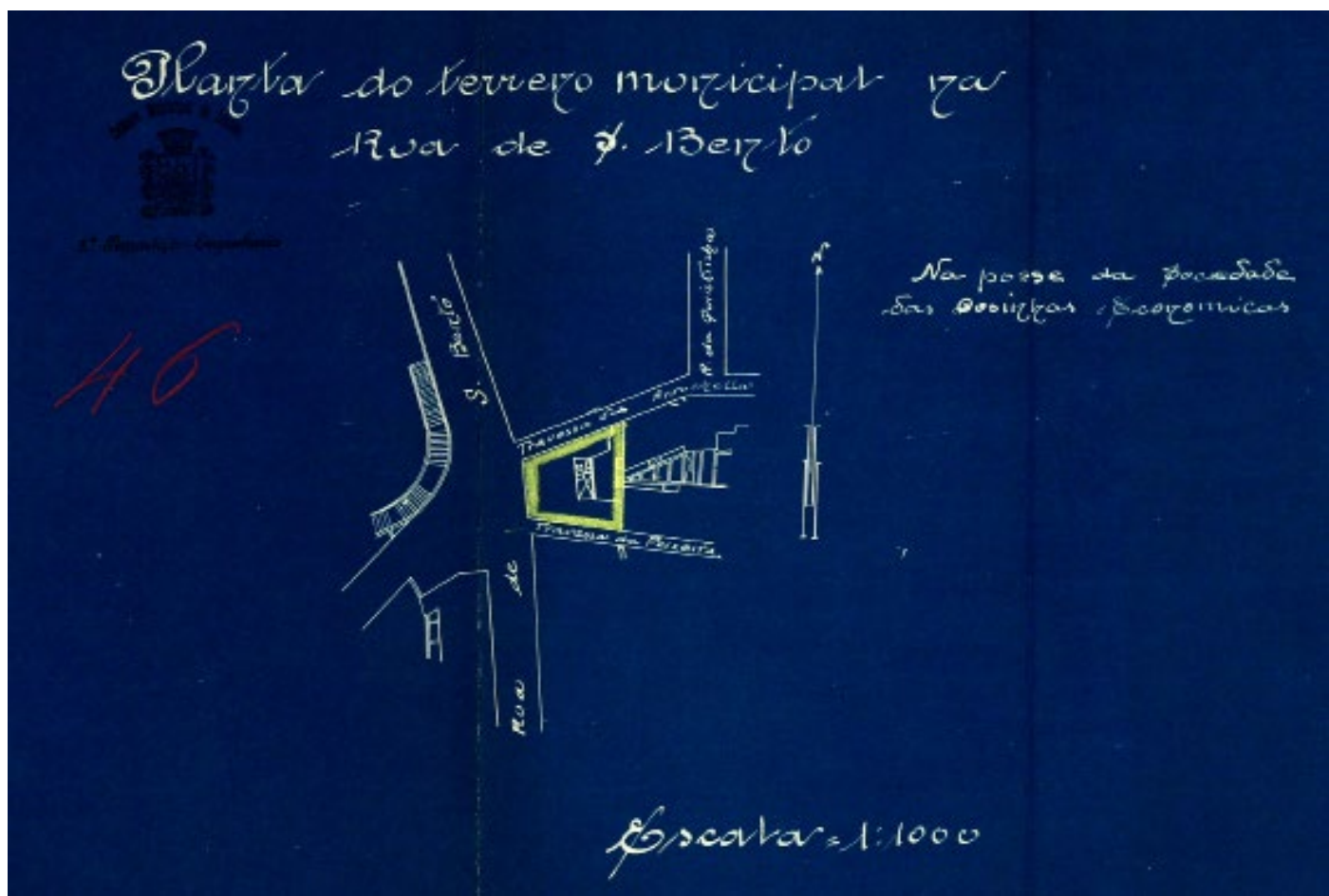


Figure 33 [Terreno municipal na rua de São Bento cedido à SPCEL.], [19-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/01582, p. 1.



Figura 34 Rua de São Bento, edifício da Cozinha n.º 6, 1908-05. Negativo de gelatina e prata em vidro. 13 x 18 cm. Machado & Souza (1896-1908). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000875.



**Figura 35** Edifício da Cozinha n.º 6 já sob a gestão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com a designação de Cozinha Económica n.º 1 – Sopa de Caridade, 1938. Prova em papel de revelação baritado. 10 x 15 cm. Eduardo Portugal (1900-1958). AML, PT/AMLSB/POR/056525.



Figura 36 Edifício da Cozinha n.º 6 na atualidade ocupado pelo Centro de Apoio Social de São Bento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. 2013-12-09. Digital TIFF. José Vicente (1977-). AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LPC/047/002327.

---

Submissão/submission : 31/01/2025  
Aceitação/approval : 24/04/2025

---

Ana Isabel Ribeiro, Arquivo Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal.  
ana.ribeiro@cm-lisboa.pt  
<https://orcid.org/0000-0001-5082-636X>

---

Ribeiro, A. I. (2025). Maria Luísa de Sousa Holstein: «No meio dos prazeres da opulencia não esquecia os que sofriam». *Cadernos do Arquivo Municipal*, (23), 1-39.  
<https://doi.org/10.48751/CAM-2025-23405>

---

Licença Creative Commons CC-BY-NC 4.